

**Negócio, política,
ciência e vice-versa:
uma história
institucional do
jornalismo médico
brasileiro entre
1827 e 1843**

*Business, politics,
science, and vice
versa: an institutional
history of Brazilian
medical journalism
between 1827 and
1843*

Luiz Otávio Ferreira

Pesquisador da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz e
professor adjunto da Universidade do Estado do
Rio de Janeiro (UERJ)
Av. Brasil, 4365 Prédio do Relógio
2145-900 Rio de Janeiro — RJ
lotavio@coc.fiocruz.br

FERREIRA, L. O.: 'Negócio, política, ciência e vice-versa: uma história institucional do jornalismo médico brasileiro entre 1827 e 1843'.

História, Ciências, Saúde— Manguinhos, vol. 11 (suplemento 1): 93-107, 2004.

Ao analisar o caso dos primeiros jornais médicos brasileiros — *Propagador das Ciências Médicas* (1827-1828); *Semanário de Saúde Pública* (1831-1833); *Diário de Saúde* (1835-1836); *Revista Médica Fluminense* (1835-1841); *Revista Médica Brasileira* (1841-1843) —, pretendemos demonstrar como o contexto sociocultural possibilitou o surgimento desse gênero de publicação no dinâmico e conturbado ambiente do Rio de Janeiro dos anos 1820 e 1830. Nosso argumento é o de que a trajetória inicial do jornalismo médico no Brasil teve como traço distintivo a simbiose entre negócio (interesses comerciais das casas editoras instaladas na Corte), política (conflitos relacionados a disputas pela hegemonia política, no contexto de consolidação do Estado imperial) e ciência (movimento de institucionalização e afirmação científica da medicina).

PALAVRAS-CHAVE: medicina, jornais médicos, história do Brasil.

FERREIRA, L. O.: 'Business, politics, science, and vice versa: an institutional history of Brazilian medical journalism between 1827 and 1843'.

História, Ciências, Saúde— Manguinhos, vol. 11 (suplemento 1): 93-107, 2004.

This analysis of Brazil's first medical newspapers — Propagador das Ciências Médicas (1827-28); Semanário de Saúde Pública (1831-33); Diário de Saúde (1835-36); Revista Médica Fluminense (1835-41); Revista Médica Brasileira (1841-43) — shows how Rio de Janeiro's socio-cultural context made it possible for this type of publication to emerge within the city's dynamic, troubled environment of the 1820s and 30s. I argue that the distinguishing feature of Brazil's early medical journalism was a symbiosis between business (local publishing houses' commercial interests), politics (struggles for political hegemony during the consolidation of the Imperial State), and science (the movement to institutionalize medicine and affirm it as a science).

KEYWORDS: medicine, medical newspapers, history of Brazil.

“*The history of medical journalism has largely been ignored; yet who can deny its immense impact?*”. É assim que se inicia o texto de apresentação de um dos raros estudos dedicados à história do jornalismo médico na Europa. Segundo os historiadores responsáveis pela organização do volume, apesar de sua importância para a história da medicina moderna, ainda hoje se sabe muito pouco sobre as origens do jornalismo médico, o desenvolvimento das formas e dos formatos típicos dos jornais, as práticas editoriais estabelecidas, as estratégias de financiamento, enfim, sobre a maneira como o jornalismo médico interveio no ambiente institucional e intelectual da medicina (Bynum *et alii*, 1992, pp. 1-5). Ao analisar o caso dos primeiros jornais médicos brasileiros — *Propagador das Ciências Médicas* (1827-1828); *Semanário de Saúde Pública* (1831-1833); *Diário de Saúde* (1835-1836); *Revista Médica Fluminense* (1835-1841); *Revista Médica Brasileira* (1841-1843) —, pretendemos responder a algumas dessas questões. Para tanto iremos tratar do contexto sociocultural que possibilitou o surgimento desse gênero de publicação no dinâmico e conturbado ambiente do Rio de Janeiro dos anos 1820 e 1830. Nosso argumento é o de que a trajetória inicial do jornalismo médico no Brasil teve como traço distintivo a simbiose entre negócio (interesses comerciais das casas editoras instaladas na Corte), política (conflitos relacionados a disputas pela hegemonia política no contexto de consolidação do Estado Imperial) e ciência (movimento de institucionalização e afirmação científica da medicina).

Os primeiros jornais médicos brasileiros tiveram sua trajetória vinculada tanto ao advento do mercado editorial quanto ao movimento de institucionalização da medicina, ocorridos no momento posterior à independência política do Brasil. Por um lado, eles constituíram, junto com publicações dedicadas às ciências, artes e indústria, uma parte importante do negócio das primeiras casas editoras instaladas no Rio de Janeiro. Por outro lado, tiveram relativa importância como instrumento utilizado pela comunidade de medicina na tentativa de forjar uma opinião pública a respeito dos problemas de saúde no país (Ferreira, 1996).

No final do século XVIII, na Europa, o jornal médico periódico passou a assumir um papel estratégico no esforço de institucionalização e de afirmação científica da medicina. Funcionando como arena de legitimação social e de disputas científicas e profissionais, jornais e revistas médicas dedicavam-se à compilação de textos originais, à reprodução da correspondência trocada entre médicos e cientistas e à divulgação das atividades desenvolvidas sob o auspício de alguma sociedade ou academia de medicina. No Brasil, os primeiros jornais médicos seguiram à risca esse modelo. Sua principal função foi tornar visíveis as opiniões e as ações da Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro (1829) e, posteriormente, da Academia Imperial de Medicina (1835), publicando rotineiramente as atas das sessões, os relatórios das comissões e os trabalhos escritos pelos acadêmicos.

Mesmo ligados às sociedades médicas da Corte, os primeiros jornais médicos nacionais encontraram sérias dificuldades para sobreviver. Faltaram-lhes colaboradores assíduos e assinantes profissionalmente vinculados à medicina. Seu público leitor consistia, em sua maioria, de leigos que muitas vezes ousaram dialogar criticamente com o saber médico. A ausência de um número expressivo de leitores especializados obrigava os médicos responsáveis pelos jornais ao confronto direto com as opiniões leigas a respeito da medicina. Desse modo, acentuava-se a necessidade de uma reflexão sobre os problemas envolvidos no processo de legitimação social da medicina acadêmica.

Ao mesmo tempo, os jornais médicos tiveram que atuar em um ambiente de hostilidade política e de violência crescentes. Mas isso não seria um problema tão importante se, nesse cenário conturbado, não sobressaísse a atuação de um sem-número de pequenos jornais e folhas avulsas — os pasquins — que se faziam notar pela utilização sistemática da injúria, da difamação e do insulto, repetidos como formas de expressão de opiniões e pretensões políticas (Sodré, 1983, pp. 155-74). Assim, os jornais médicos também precisaram jurar que seus propósitos eram puramente científicos. Esta foi a única forma de se prevenir do risco de serem identificados como porta-vozes de alguma facção política, principalmente daquelas que faziam oposição ao governo imperial.

Negócio

As origens do jornal médico brasileiro de certo modo se confunde com a da tardia institucionalização da imprensa no Brasil, que data da primeira década do século XIX, quando foi levantada a proibição que durante todo o período colonial colocou sob suspeição a impressão tipográfica. Esse fato redimensiona a importância do jornalismo médico, à medida que ele também pode ser abordado como parte das transformações culturais produzidas pela liberdade de imprensa.

Com a criação, em 1808, da Imprensa Régia, não se suspenderam de imediato a prática da censura e o controle governamental sobre a imprensa, como havia ocorrido durante todo o período colonial. Embora o livro tenha deixado de ser visto como um ‘pecado’ e a imprensa não ser mais tratada como um ‘sacrilégio’, o fato de uma instituição oficial deter o monopólio da impressão no Rio de Janeiro fazia com que, na prática, qualquer texto devesse ter a autorização do governo para ser impresso e publicado (idem, pp. 9-42). Durante os 14 anos em que deteve o monopólio, a Imprensa Régia publicou mais de 1.250 itens, a maioria constituída de documentos do governo, cartazes, volantes, sermões, panfletos e outras publicações secundárias. Também foram colocados à disposição do público ilustrado 77 livros científicos, dirigidos principalmente aos estudantes das escolas de cirurgia, medicina, direito e engenharia (Figueirôa, 1997, p. 52).

Findo o monopólio da Imprensa Régia, o nascente mercado editorial brasileiro tornou-se atraente para os editores estrangeiros, sobretudo para os franceses, que dominariam amplamente esse setor da produção cultural brasileira durante o século XIX. O primeiro editor francês a se fixar no Brasil foi Pierre François Plancher. Em 1822, o bonapartista Plancher teve que encerrar suas atividades editoriais em Paris e escolher o exílio em um país onde a situação política o favorecesse. Hallewell (1985, pp. 67-8) explica por que o Brasil foi o país escolhido:

Apesar de tão distante, a escolha de seu novo lar não deve surpreender-nos. Os únicos regimes liberais então existentes e que ofereciam alguma perspectiva de estabilidade eram a Suécia, os Estados Unidos e o Brasil. Os dois primeiros eram culturais e lingüisticamente estranhos; a Suécia não apresentava oportunidades comerciais para um livreiro francês, e os Estados Unidos deviam parecer repulsivamente republicanos e igualitários. O Brasil, destacadamente presente nas notícias em virtude de sua então recente declaração de independência, já possuía fortes laços culturais com a França; livros franceses já eram importados em volume razoável e uma boa parte do comércio de livros existentes estava nas mãos de franceses. Economicamente, as perspectivas do país em 1823 devem ter parecido ao menos tão brilhantes quanto à dos Estados Unidos. Politicamente, a situação era tudo o que poderia desejar. Desde Waterloo, o Brasil era sabidamente um refúgio para os bonapartistas.

Uma vez instalado no Rio de Janeiro, Plancher dedicou-se à publicação em português de clássicos do pensamento político europeu e de documentos administrativos do Império. Também participou ativamente — sempre do lado governista — da panfletagem política da época. Todavia, o forte da linha editorial de Plancher foram os livros de ficção e os jornais. Eles constituíam a parte mais lucrativa de seu negócio. O primeiro jornal de sua propriedade foi o *Spectador Brasileiro*, criado em 1824, que teve destacado papel no debate político do período posterior à independência, fazendo-se notar por suas moderadas posições a favor do governo, postura que fazia nítido contraste com a do *Aurora Fluminense*, de Evaristo da Veiga, radicalmente antigovernamental.

Foi a colaboração com o médico francês Joseph-François Xavier Sigaud — também bonapartista e exilado no Brasil — no *Spectador Brasileiro* o ponto de partida para a fundação do primeiro jornal médico do país: *O Propagador das Ciências Médicas ou Anais de Medicina, Cirurgia e Farmácia para o Império do Brasil e Nações Estrangeiras* (PCM), lançado na Corte em janeiro de 1827. No mesmo ano Sigaud também participou ativamente do lançamento do mais famoso e bem-sucedido empreendimento editorial de Plancher, o *Jornal do Commercio*, do qual foi um dos editores.

Formado pela Faculdade de Medicina de Estrasburgo, onde obteve, em 1818, o diploma de doutor em medicina, Sigaud refugiou-se no Brasil em 1825. Iniciou sua carreira profissional como cirurgião-interno no Hospital Geral de Caridade de Lyon. Instado pela família, foi clinicar em sua terra natal, Marselha, e tornou-se membro titular da Sociedade Real de Medicina. Em Marselha também fundou e dirigiu, entre 1827 e 1843, o jornal médico *Asclepiade*, no qual publicou um importante trabalho sobre a epidemia de febre amarela que avassalou a cidade de Barcelona no ano de 1822. No Brasil Sigaud pretendia dedicar-se à clínica e aos estudos de história natural. Mas não foi bem isso o que aconteceu (Ferreira, 1999a, 2001).

Sigaud já era um editor científico experimentado quando assumiu a direção do PCM. Isso explica sua aguda percepção das carências da ‘classe médica’ do Rio de Janeiro. Para tentar corrigi-las, Sigaud atribuiu ao PCM uma missão tipicamente iluminista: a de difusor das ‘luzes científicas estrangeiras’ e a de divulgador das ‘produções literárias’ dos professores e alunos da Academia Médico-cirúrgica do Rio de Janeiro. Entretanto, naquela época, a institucionalização do jornalismo médico implicava um problema ainda mais profundo. Segundo Roy Porter (1992, p. 9), o desafio colocado era o de estabelecer novos padrões de produção e circulação de conhecimento entre os praticantes da medicina. No início do século XIX, com respeito ao conhecimento médico, ainda não estavam resolvidas as seguintes questões: “*its status, its proprietorship. Should medical knowledge be free and open? Or were there occasions for secrecy? Were some, but only some, chambers of the medical mansion fit for public viewing? Should knowledge have its private part*”. Para incentivar a produção e a circulação do conhecimento entre os médicos e cirurgiões brasileiros, o editor do PCM assumia claramente a função de árbitro científico, comprometendo-se a publicar os trabalhos sem alterar o texto original dos manuscritos. Caberia a ele apenas a possibilidade de comentar, em notas, a opinião e os fatos apresentados pelos autores. O editor do PCM também se comprometia a assumir uma posição de total isenção teórica. Com essa atitude ele pretendia evitar que o jornal se envolvesse diretamente no acirrado debate teórico que à época envolvia os partidários de diferentes doutrinas médicas (Ferreira, 1995; Braunstein, 1986; Arckerknecht, 1986). Enfim, o editor do PCM tinha a pretensão de exercer sobre os médicos e cirurgiões da Corte uma ação civilizatória que buscava estabelecer entre eles uma cultura acadêmica que valorizava a divulgação do conhecimento e o livre exame das idéias (PCM, 1827, nº 1, p. 1).

Mesmo com todos esses cuidados, o editor do PCM não foi bem-sucedido. Os médicos e cirurgiões da Corte não estavam preparados para publicar e muito menos para debater publicamente suas idéias. A maioria absoluta dos trabalhos publicados no jornal médico era

constituída de traduções feitas com zelo pelo próprio Sigaud. Além disso, a ‘liberdade de opinar’ acabou envolvendo-o em uma acirrada polêmica com um poderoso médico e político do Rio de Janeiro, o dr. José Maria Bomtempo. Tudo o que aconteceu foi publicado no número 2 do PCM, de fevereiro de 1827. A polêmica girava em torno da doença e morte do brigadeiro Luiz da Nóbrega de Souza Coutinho, presidente da Câmara dos Deputados do Império. Sigaud e Bomtempo, convocados a assistir ao doente, acabaram por discordar quanto ao diagnóstico e portanto quanto ao tratamento a ser ministrado. Diante do impasse, uma comissão de médicos foi constituída com a missão de resolver a questão. O resultado foi a confirmação do diagnóstico e do tratamento proposto por Sigaud. Mesmo assim o paciente piorou e morreu. Uma outra comissão foi mobilizada, dessa vez para proceder à autópsia. Mais uma vez a opinião de Sigaud foi confirmada. Valendo-se disso, Sigaud fez, nas páginas do PCM, sérios reparos à conduta clínica de Bomtempo.

Para falta de sorte do médico francês, naquele momento a fronteira entre a medicina e a política era demasiadamente tênue para permitir que a controvérsia ficasse restrita ao âmbito da profissão. Desse modo, a resposta do médico-político Bomtempo foi acusar Sigaud de querer interferir nos assuntos político-administrativos do Império. Aliás, a interseção entre medicina e política seria um traço marcante na configuração da elite médica brasileira do Império. Nesse espaço social, no qual teoricamente deveriam prevalecer regras despersonalizadas e meritocráticas, o que prevaleciam eram os valores e as práticas subordinadas às regras do clientelismo e à força do prestígio pessoal (Coradini, 1996; Graham, 1997; Coelho, 1999).

O episódio, ocorrido logo no início da carreira do PCM, deve ter servido para afugentar alguns colaboradores em potencial. Sem colaboração, preenchendo praticamente sozinho as páginas semanais do jornal, Sigaud ficou convencido de que somente vinculado a uma sociedade científica o empreendimento poderia dar certo. Os últimos números do PCM saíram em janeiro de 1828. Com a fundação, em 1829, da Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro (SMRJ), Sigaud pôde finalmente pôr em prática suas idéias. Encarregado da elaboração de uma proposta para a criação de um novo jornal médico, em outubro de 1830 ele apresentou a seus pares o projeto que deu origem ao *Semanário de Saúde Pública* (SSP), jornal médico que apareceria todo sábado com a seguinte ordem de matérias: Boletim da Sociedade, Boletim Universal das Ciências Médicas e Correspondências Particulares. Seguindo o padrão dos jornais médicos de sua época, o SSP dedicava-se à divulgação das atividades da entidade ao qual estava vinculado, à promoção da circulação do conhecimento e à publicação de matérias de interesse científico, enviadas sob a forma de cartas ou artigos.

O fracasso do PCM já havia ensinado que dois itens eram essenciais para garantir o sucesso desse tipo de empreendimento: recursos financeiros e trabalhos disponíveis para a publicação. Para suprir regularmente o novo jornal com trabalhos científicos de interesse, Sigaud contava com relatórios preparados pelas comissões permanentes da SMRJ (Vacinas, Doenças Reinantes, Salubridade e Consultas Gratuitas), que constituiriam, segundo ele, matéria pronta para publicação. Além disso, sua estratégia também incluía a orientação de seus pares para o estudo de temas tais como a crítica dos hospitais, a venda de remédios secretos e os maus-tratos dispensados aos escravos; esses aspectos poderiam ser objeto de trabalhos originais a serem encaminhados para publicação (SSP, 1831, nº 1, p. 2).

Quanto ao financiamento do jornal médico, Sigaud propunha uma solução criativa que envolvia todos os sócios titulares da SMRJ. Cada um deles deveria apresentar uma lista de dez subscritores, que pagariam antecipadamente por uma assinatura de seis meses (idem, *ibidem*, p. 3). Dessa maneira, ao mesmo tempo que comprometia os sócios titulares com a manutenção do periódico, também desobrigava-os de qualquer outra contribuição financeira além das cotas mensais obrigatórias. Como a SMRJ mantinha um número fixo de 25 sócios titulares, se a estratégia fosse bem-sucedida o SSP contaria com 250 assinantes. De fato, sem tais recursos a situação financeira da SMRJ, que na ocasião guardava em caixa a modesta quantia de 2.439 mil-réis, não poderia suportar o custo de impressão de um jornal semanal. Por isso mesmo, a viabilização do novo jornal médico teve que contar com a ajuda de Plancher, que o imprimia na já então famosa Tipografia Imperial, de sua propriedade.

O SSP circulou de janeiro de 1831 até junho de 1833, totalizando 155 números. Sua carreira coincidiu com a fase mais fértil da vida institucional da SMRJ. Fazendo jus ao nome, o SSP privilegiou em suas páginas os assuntos relacionados à saúde pública, cujo ponto alto foram os relatórios da Comissão de Salubridade sobre as epidemias de febre intermitente que vitimou a população da província do Rio de Janeiro, particularmente aquela que habitava a região então conhecida como Recôncavo da Guanabara (Ferreira, 1999b).

Política

Na sessão da SMRJ realizada no dia de 16 de novembro de 1833, foi anunciado o encerramento das atividades do SSP, acontecimento entendido pelos próprios acadêmicos como um “sinal de estupor ou morte da instituição” (RMF, 1835, nº 2). Para evitar a extinção definitiva do jornal médico no Brasil, tentou-se negociar junto ao governo imperial a possibilidade de este colaborar com a edição de um novo periódico mensal, cujo projeto já havia sido apresentado e aprovado pelo colegiado

da SMRJ. O novo jornal médico já tinha um nome: *Revista Médica Fluminense* (RMF). Ao mesmo tempo que negociava o apoio governamental, a SMRJ debatia o seu próprio futuro, que, segundo opinião de suas principais lideranças, estaria seriamente ameaçado pela inapetência dos sócios. Após uma interrupção de três meses em suas atividades, a SMRJ reuniu-se em 25 de fevereiro de 1834 para saber que haviam fracassado as negociações junto ao governo imperial: este considerara exorbitante a quantia de 900 mil-réis ao ano solicitada para a manutenção do novo jornal. Também tomaram conhecimento de que o governo não aceitava a proposta alternativa de fazê-lo imprimir na Tipografia Nacional (RMF, 1835, nº 3, p. 21).

A SMRJ vivia então um momento crítico. Suas recomendações relativas à melhoria da saúde pública, sobretudo aquelas referentes ao combate às epidemias, eram desprezadas pelo governo; e havia, segundo seu presidente, o cirurgião militar Joaquim Cândido Soares Meirelles, uma campanha visando a desacreditá-la perante a opinião pública (RMF, 1835, nº4, p. 9). Surpreendentemente, foi nesse clima de incerteza que, em abril de 1835, veio a público o primeiro número da RMF. A explicação para o fato de a revista ter iniciado sua circulação, apesar da negativa do governo em apoiá-la, viria alguns meses depois. Em outubro do mesmo ano, a SMRJ foi extinta e em seu lugar era criada a Academia Imperial de Medicina (AIM), instituição patrocinada e controlada pelo Estado imperial. Dessa maneira, mesmo lançada antes do surgimento formal da nova instituição, a RMF já nascia com a chancela de jornal médico oficial.

Embora a RMF não diferísse muito do modelo seguido pelo SSP, ficaria cada vez mais evidente que entre os dois jornais não havia mais do que uma mera semelhança formal. Enquanto que o SSP era uma publicação decididamente interessada nos problemas relacionados à saúde pública, a RMF assumiu uma feição corporativa, dando maior atenção aos interesses profissionais e institucionais dos acadêmicos. Tal diferença traduzia-se na postura dos seus respectivos editores. Pela primeira vez um jornal médico circulava no Brasil sem a presença de Sigaud à frente do conselho editorial. O editor da RMF era Meirelles, o próprio presidente da AIM, cujo estilo de direção foi muito menos liberal e pedagógico do que o adotado pelo seu antecessor. Por isso mesmo ele fazia questão de advertir aos possíveis colaboradores de que era sua intenção corrigir todos os manuscritos que fossem apresentados em “linguagem bárbara”, estranha à da ciência (RMF, 1835, nº 1, p. 2). A razão para tantas preocupações encontrava-se na *soi-disant* necessidade de se evitar que o jornal médico se envolvesse nas intensas disputas políticas que marcaram a “experiência republicana” do período regencial (Hollanda, 1972). Por isso, Meirelles fazia questão de deixar bem clara sua posição como editor: “a primeira obrigação que se impôs à Sociedade criando este novo Jornal de Medicina foi limitar-se às ciências que, portadoras

de uma parcialidade absoluta, eram um território estranho a todas as querelas, a todas divisões de opinião” (RMF, 1836, nº 11, p. 252).

No entanto, ao declarar a “neutralidade científica” do jornal médico, Meirelles se esquecia de considerar que a transformação da SMRJ na AIM já retirava dos acadêmicos qualquer possibilidade de isenção política. Os privilégios corporativos, concedidos pelo Estado imperial aos membros da AIM, tinham como contrapartida a obediência e a total lealdade aos interesses da elite política imperial (Ferreira *et alii.*, 1997). Mesmo assim, a hipótese de que os jornais médicos funcionavam como um meio para conquistar a legitimidade social da medicina encontra alguma evidência na posição assumida por Meirelles, cuja essência é a tentativa de demarcar as fronteiras entre a ciência (ou a medicina) e a política. A apresentação das qualidades socialmente úteis da ciência, em contraponto às forças desagregadoras da política, é um movimento clássico no jogo da afirmação social do cientista. Mas, à semelhança da política, a ciência também é um campo competitivo e hierarquizado (Bourdieu, 1983).

Ciência

Impresso pela Tipografia Fluminense, de propriedade do editor brasileiro Paula Brito, o primeiro número da RMF veio a público no final do mês de abril de 1835. Curiosamente, alguns dias antes um outro jornal médico também havia entrado em circulação. Era o *Diário de Saúde ou Efemérides das Ciências Médicas e Naturais do Brasil* (DS), dirigido por Sigaud com a assistência do médico Francisco Paula Cândido e do cirurgião Francisco Crispiniano Valderato e impresso pela Tipografia Imperial e Constitucional de Plancher. Estava estabelecida a concorrência no campo do jornalismo médico, também inscrita no campo editorial, uma vez que Paula Brito, desde então impressor oficial da AIM, e Plancher eram os dois maiores editores, impressores e livreiros do Rio de Janeiro.

A decisão de Sigaud de criar seu próprio jornal médico deveu-se às lutas internas da SMRJ. Sempre muito discretos quanto aos problemas internos, os acadêmicos da instituição não deixaram vestígio, nas atas das sessões que foram publicadas, das disputas que lá vinham ocorrendo. Delas temos notícia por intermédio de um artigo assinado por Sigaud, publicado no DS do dia 24 de outubro de 1835. Nele o higienista criticava seus colegas por terem passivamente aceitado a extinção da SMRJ para transformá-la em uma instituição oficial, a AIM. A versão autorizada era a de que essa transformação vinha sendo ensaiada desde 1833, quando a SMRJ solicitara a ajuda financeira do governo para publicar um novo jornal médico. Na mesma ocasião, Meirelles também teria proposto a transformação da SMRJ em uma academia de medicina semelhante à de Paris (Weisz, 1995). Como a proposta não foi imediatamente aceita, a crise financeira e política fez com que a SMRJ

entrasse em estado de vida latente (RMF, 1836, nº 11, p. 251). Não haveria outra saída senão insistir na luta pelo patrocínio estatal. Em 1835, por iniciativa do ministro Antônio Pinto Chinchorro da Gama, foi enviado ao Legislativo um projeto de lei que propunha a transformação da SMRJ em AIM. Em 8 de maio de 1835 o decreto oficial foi assinado sem que os deputados tivessem se pronunciado.

A versão apresentada por Sigaud é outra. Para ele, a SMRJ, apesar das rivalidades internas provocadas pela “ambição e pelo espírito de compadresco” de alguns de seus membros, tinha conseguido reanimar sua existência, dando prosseguimento a suas atividades. A SMRJ gozaria de boa saúde institucional e seu desaparecimento, pelo voto quase unânime de seus membros, lhe parecia a “fatalidade de um homem forte e vigoroso atacado de apoplexia fulminante” (DS, 1835, nº 2, pp. 217-20). Sigaud não aceitava a idéia de trocar uma instituição que, segundo ele, já produzia frutos por outra, improvisada. O fato é que a extinção da SMRJ deu-lhe razões adicionais para dedicar-se integralmente ao seu novo empreendimento.

Lendo o editorial do segundo jornal médico semanal publicado pela dupla Sigaud e Plancher, percebe-se a diferença de intenções, entre o DS e sua concorrente, a RMF, órgão da AIM. Livre dos constrangimentos políticos sofridos por esta sociedade científica, o DS podia anunciar sem medo que seu único objetivo era “a conservação da saúde pública” e para isso convocava todos os médicos, cirurgiões, farmacêuticos e naturalistas interessados no assunto (DS, 1835, nº 1, p. 2). Na verdade, a proposta editorial do DS assemelhava-se, e muito, com a do antigo SSP, extinto em 1833. A comparação estatística dos trabalhos publicados nos dois jornais médicos dirigidos por Sigaud ajuda a demonstrar que a ‘anatomia científica’ de cada um deles era de fato muito parecida.

Quadro comparativo de temas presentes nos periódicos médicos DS 1835-36 e SSP 1831-33

Assunto/Origem	DS	SSP	DS	SSP	Total
	Estrangeiro		Nacional		
Higiene	15	23	30	59	127
Fisiologia/anatomia	18	12	2	3	35
Cirurgia	24	22	6	11	63
Clínica	39	21	15	13	88
Terapêutica	53	33	5	10	101
Farmácia	35	4	24	5	68
Física/química	12	5	-	-	17
Botânica/zoologia	7	3	9	6	25
Psicologia	8	-	-	-	8
Homeopatia	2	-	-	-	2
Profissão/ensino	12	10	24	7	53
Total	225	133	115	114	587

Como vemos, a higiene e a terapêutica foram os assuntos dominantes nos dois jornais médicos. Há também um certo equilíbrio entre os trabalhos nacionais e estrangeiros publicados sobre essas duas temáticas, sendo a maioria dos primeiros sobre higiene e a dos segundos sobre terapêutica. Esse predomínio tanto confirma o projeto higienista dos dois jornais médicos, quanto releva o papel de Sigaud como médico e editor dedicado àquela causa. No DS, além de dividir com o cirurgião Francisco Crispiniano Valderato tradução dos trabalhos estrangeiros, Sigaud publicou 31 trabalhos (memórias originais, notas e comentários), a maior parte deles versando sobre temas relacionados à higiene. Dos 115 trabalhos nacionais publicados no DS, 27% são de autoria do higienista franco-brasileiro. Os dados sobre a produtividade de Sigaud servem para evitar ilusões quanto à contribuição científica dos médicos brasileiros aos jornais médicos. Apesar de 40% dos trabalhos publicados serem de autores nacionais, isso não significava uma diversidade grande de autores.

Vice-Versa

Para concluir o relato da história institucional dos primeiros jornais médicos brasileiros, retornemos ao ponto em que a extinção do DS, ocorrida no início de 1836, deixou à RMF a responsabilidade de ser a única publicação do gênero em circulação no Brasil.

Em 1838 a revista entrava no seu quarto ano de existência, superando, assim, o recorde do SSP, que circulou por três anos ininterruptos. A RMF tinha então um novo editor, Emílio Joaquim da Silva Maia. Médico e naturalista romântico de formação francesa, Silva Maia teve sua carreira marcada pela atuação em todas as sociedades científicas brasileiras de seu tempo (Kury, 1998). Foi membro honorário da Academia Imperial de Medicina e membro efetivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, da Sociedade Velosiana e da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional. Foi também professor de zoologia, botânica, mineralogia e geologia do Colégio Pedro II e naturalista da Seção de Anatomia Comparada e Zoologia do Museu Nacional.

O perfil eminentemente acadêmico do novo editor, contudo, não parece ter ajudado muito a dar estabilidade ao periódico. Ao contrário de Meirelles, que não se cansava de denunciar as dificuldades enfrentadas, Silva Maia tentou ser mais moderado, concentrado seus esforços em tentativas de aprimorar a revista. A primeira iniciativa nesse sentido foi aumentar o número de páginas da RMF, normalmente restrito a quatro ou cinco. Fazia isso chamando a atenção para a constrangedora situação de a revista ser mantida apenas com os recursos obtidos com as assinaturas, sem qualquer ajuda do governo, que desde 1835 patrocinava a AIM. Como vemos, a transformação da antiga SMRJ em uma instituição oficial não trouxe qualquer benefício imediato para

o jornal médico. Dependendo exclusivamente dos recursos recolhidos entre os assinantes, a RMF estava sob constante ameaça de extinção (RMF, 1838, nº 1, p. 1). Silva Maia, então, via-se obrigado a reprisar as mesmas críticas feitas várias vezes por Meirelles. Os problemas eram os de sempre: a falta de recursos financeiros e a indiferença dos médicos e cirurgiões da Corte (RMF, 1839, nº 1, p. 4).

O fato de que a maior parte dos leitores e assinantes da RMF proviessem “da parte ilustrada da nossa população”, e não das fileiras da medicina, não deve surpreender o historiador atento. Como já ficou demonstrado, uma característica sociocultural marcante da medicina brasileira da primeira metade do século XIX foi o reduzido número de médicos e cirurgiões de formação acadêmica e a presença, nem um pouco discreta, de curandeiros, feiticeiros, mezinheiros, benzedores e sangradores (Figueiredo, 2002, 1999; Pimenta, 2003, 1998). Nesse contexto, os jornais médicos deviam interessar mais às parcelas intelectualizadas dos centros urbanos do que aos praticantes de medicina desprovidos de hábitos acadêmicos.

A solução para os problemas constantemente apontados deveria vir mesmo de dentro da própria instituição. Uma delas foi dar à revista um segundo editor. O escolhido foi o jovem médico José Pereira Rego. Esta foi a primeira aparição pública do futuro barão do Lavradio, que viria a ser o mais poderoso higienista brasileiro da segunda metade do século XIX (Ribeiro, 1992). A nomeação de Pereira Rego vinha acompanhada de uma surpreendente nota, anunciando o aumento expressivo da quantidade de assinantes da revista, que naquele ano de 1839 teria chegado a 210, número considerado por Silva Maia extremamente significativo para um periódico científico circulando sob as condições culturais brasileiras da época (RMF, 1840, nº 1, p. 2).

Oscilando entre o pessimismo e o otimismo, a publicação da RMF foi suspensa em março de 1841, para reaparecer em 15 de maio do mesmo ano, já com outro nome: *Revista Médica Brasileira* (RMB). A mudança de denominação não foi sem propósito. Depois de seis anos circulando sem interrupção, o jornal médico da AIM conseguira finalmente um subsídio oficial. O editorial de apresentação da RMB anunciava que o governo havia autorizado que uma parte da quantia destinada às despesas da Academia fosse utilizada para financiar a impressão do periódico. O relatório dos trabalhos do período de junho de 1841 a junho de 1842 (RMB, 1842, nº 3, p. 134) registrava o dispêndio do governo com a instituição. Como vemos, o custeio do periódico era a maior despesa no orçamento da AIM; ainda assim, os recursos não eram suficientes para seu total financiamento.

A mudança de nome, além de ser uma espécie de homenagem ao fato de o periódico ter obtido subsídio oficial, era resultado da maior abrangência geográfica da publicação. A RMB contava com assistentes de redação em diferentes províncias do Brasil. O conselho de redação era formado pelo editor Silva Maia e os auxiliares José Pereira Rego

(Corte), José Miguel Pereira Cardoso (Maranhão), Cláudio Luiz da Costa (Santos), José Pedro de Oliveira (Montevideu) e José Manoel Rosário (Campos).

Gastos da AIM (1941-1941)

Aluguel da casa	400\$000
Porteiro	360\$000
Escriturário	240\$000
Expediente, luz, etc.	100\$000
Auxílio ao jornal	500\$000
Total	1: 600\$000

O fim até certo ponto inesperado da RMB, ocorrido em março de 1843, encerrou o ciclo de publicação de jornais médicos de circulação ampla. Além das razões econômicas, pode-se pensar que a saída de Silva Maia da editoria e a pouca colaboração científica dos médicos foram fatores decisivos para a extinção do primeiro jornal médico brasileiro de dimensão nacional. Em junho de 1845, o jornal médico semanal ou mensal, aberto à colaboração externa, foi substituído por um novo tipo de publicação, os *Anais de Medicina Brasiliense*, que vinham a público sem muita regularidade, uma vez por ano, resumindo as atividades da Academia e publicando somente os trabalhos apresentados pelos sócios. Os *Anais* não tinham, portanto, o mesmo caráter dos jornais, cuja história foi aqui relatada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

PERIÓDICOS

O Propagador das Ciências Médicas (PPM)

‘Introdução’, doutor Sigaud, redator. 1827, nº 1.

‘Da enfermidade do sr. Brigadeiro Luiz Pereira da Nóbrega de Sousa Coutinho, presidente da Câmara dos Deputados do Império do Brasil, ajudante-de-campo de S. M. o Imperador etc.; seguida da refutação das cartas do doutor José Maria Bomtempo, pelo doutor Sigaud. 1827, nº 2.

‘Carta do sr. doutor José Maria Bomtempo’. 1827, nº 2.

‘Resposta ao sr. doutor José Maria Bomtempo, pelo doutor Sigaud. 1827, nº 2.

Semanário de Saúde Pública (SSP)

‘Plano de um jornal de medicina apresentado à Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro pelo sr. doutor Sigaud e por esta adotado na sessão de 21 de outubro de 1830’. 1831, nº 1.

Revista Médica Fluminense (RMF)

‘Prospecto’, pelo doutor J. C. Soares Meirelles. 1835, nº 1.

‘Discurso do sr. doutor Meirelles dirigido à sociedade na sessão de 19 de agosto de 1833. 1835, nº 2.

‘Discurso do presidente da sociedade’, sr. doutor Meirelles, lido na sessão de 16 de novembro de 1833. 1835, nº 3.

'Discurso do presidente da sociedade', sr. doutor Meirelles, lido na sessão de 25 de fevereiro de 1834. 1835, nº 4.

'Discurso pronunciado na sessão de instalação da Academia Imperial de Medicina do Rio de Janeiro', por J. C. Soares Meirelles, no dia 21 de dezembro de 1835. 1836, nº 11.

'Editorial', doutor Emílio Maia, redator. 1838, nº 1.

'Editorial', doutor Emílio Maia, redator. 1839, nº 1.

'Artigo de Introdução', doutor Emílio Maia, redator. 1840, nº 1.

Diário de Saúde (DS)

'Introdução'. 1835, nº 1.

'A Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro', pelo doutor Sigaud. 1835, nº 28.

Revista Médica Brasileira (RMB)

'Relatório dos trabalhos de Academia desde 30 de junho de 1841 até 30 de junho de 1842', pelo Doutor Luiz Vicente De Simoni, secretário. 1842, nº 3.

LIVROS

Ackerknecht, Erwin
1986

La médecine hospitalière à Paris (1794-1848).
Paris, Payot.

Baatz, Simon
1991

'Squinting at Silliman: scientific periodicals in the Early American Republic, 1810-1833'. *Isis*, 82, pp. 223-44.

Bourdieu, Pierre
1983

'O campo científico'. Em Renato Ortiz (org.), *Pierre Bourdieu: sociologia*. São Paulo, Ática, pp. 122-55.

Braunstein,
Jean-François
1986

Broussais et le matérialisme. Médecine et philosophie au XIX^e siècle.
Paris, Méridiens Klincksieck.

Bynum, W. F. et alii (ed.)
1992

Medical journals and medical knowledge. Historical essays.
Londres/Nova York, Routledge.

Coelho, Edmundo
Campos
1999

As profissões imperiais — medicina, engenharia e advocacia no Rio de Janeiro, 1822-1930.
Rio de Janeiro, Record.

Coradini, Odaci Luiz
1996

'Grandes famílias e elite "profissional" na medicina no Brasil'.
História, Ciência, Saúde — Manguinhos, III(3), pp. 426-66.

Ferreira, Luiz Otávio
2001

'Uma interpretação higienista do Brasil Imperial'. Em Alda Heizer *et al.* (org.).
Ciência, civilização e império nos trópicos. Rio de Janeiro, Access, pp. 207-23.

Ferreira, Luiz Otávio
1999a

'José Francisco Xavier Sigaud: um personagem esquecido, uma obra reveladora'. *História, Ciência, Saúde — Manguinhos*, V(1), pp. 125-26.

Ferreira, Luiz Otávio
1999b

'Os periódicos médicos e a invenção de uma agenda sanitária para o Brasil (1827-43)'. *História, Ciência, Saúde — Manguinhos*, VI(2), pp. 331-51.

Ferreira, Luiz
Otávio et alii
1997

'A Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro: gênese de uma rede institucional alternativa'.
História, Ciência, Saúde — Manguinhos, IV(3), pp. 475-91.

Ferreira, Luiz Otávio
1996

O nascimento de uma instituição científica: os periódicos médicos brasileiros da primeira metade do século XIX. Tese de doutoramento.
São Paulo, Faculdade de Filosofia, Ciências Humanas e Letras, USP. (mimeo).

Ferreira, Luiz Otávio
1995

'Das doutrinas a experimentação: rumos e metamorfoses da medicina no século XIX'. *Revista da Sociedade Brasileira de História da Ciência*, 10, pp. 43-52.

- Figueiredo, Betânia
Gonçalves
1999 'Barbeiros e cirurgiões: atuação dos práticos ao longo do século XIX'. *História, Ciência, Saúde — Manguinhos*, VI(2), pp. 227-91.
- Figueiredo, Betânia
Gonçalves
2002 *A arte de curar: cirurgiões, médicos, boticários e curandeiros no século XIX em Minas Gerais*. Rio de Janeiro, Vício da Letra.
- Figueirôa, Sílvia
1997 *As ciências geológicas no Brasil: uma história social e institucional, 1875-1934*. São Paulo, Hucitec.
- Graham, Richard
1997 *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ.
- Hallewell, Laurence
1985 *O livro no Brasil: sua história*. São Paulo, T. A. Queiroz/Edusp.
- Hollanda, Sérgio
Buarque (org.)
1972 'A experiência republicana, 1831-1840'. *História geral da civilização brasileira*, t. II, O Brasil monárquico. Volume 2, Dispersão e Unidade, capítulo I. São Paulo, Difusão Européia do Livro.
- Kury, Lorelai Brilhante
1998 'Ciência e nação: romantismo e história natural na obra de E. J. Silva Maia'. *História, Ciência, Saúde — Manguinhos*, V(2), pp. 267-91.
- Pimenta, Tânia Salgado
2003 *O exercício das artes de curar no Rio de Janeiro (1828 a 1855)*. Tese de doutoramento. São Paulo, Universidade Estadual de Campinas/Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. (mimeo).
- Pimenta, Tânia Salgado
1998 'Barbeiros-sangradores e curandeiros no Brasil (1808-28)'. *História, Ciência, Saúde — Manguinhos*, V(2), pp. 349-74.
- Piñero, Jose Maria
López e Terrada,
Maria Luz
1980 'Las etapas históricas del periodismo médico en España'. Em Agustín Albarracín Teulón (org.). *História e Medicina*. Madri, Editorial de la Universidad Complutense, pp. 163-91.
- Porter, Roy
1992 'The rise of medical journalism in Britain to 1800'. Em W. F. Bynum *et alii* (ed.). *Medical journals and medical knowledge. Historical essays*. Londres/Nova York, Routledge, pp. 6-28.
- Rey, Roselyne
1991 'La vulgarization médicale au XVIII siècle: le cas des dictionnaires portatifs de santé'. *Revue d'histoire des sciences*, XLIV(3-4), pp. 413-33.
- Ribeiro, Lourival
1992 *O barão do Lavradio e a higiene no Rio de Janeiro Imperial*. Belo Horizonte/Rio de Janeiro, Itatiaia.
- Sodré, Werneck Nelson
1983 *História da imprensa no Brasil*. São Paulo, Martins Fontes.
- Weisz, George
1995 *The medical mandarins. The French Academy of Medicine in the nineteenth and early twentieth centuries*. Nova York/ Oxford, Oxford University Press.

Recebido para publicação em novembro de 2003.

Aprovado para publicação em janeiro de 2004.